

Ano XXVI nº 6575 – 18 de maio de 2022

Funcionários de bancos privados aprovam propostas a serem enviadas ao Encontro Regional dos Bancários

Mais uma etapa na construção da Campanha Nacional da Categoria foi cumprida na noite desta terça-feira, 17/5, com o Encontro das Bancárias e Bancários dos Bancos Privados, promovido pela Federa-RJ, a Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Estado do Rio de Janeiro. A reunião, que aconteceu virtualmente, contou com cerca de 150 participantes, com representação das bases da Federa-RJ em Campos dos Goytacazes, Niterói, Petrópolis, Rio de Janeiro, Sul Fluminense e Teresópolis.

Para subsidiar as discussões, o técnico do DIEESE, Fernando Amorim, fez uma apresentação sobre a situação dos três maiores bancos privados do país: Itaú, Bradesco e Santander. “Faça sol, chova, aumenta Selic, abaixa Selic, os bancos do país alcançam lucros significativos. Prova disso é que entre os dez bancos mais rentáveis do mundo, quatro são brasileiros”, lembrou o economista.

Adriana Nalesso, presidenta da Federa-RJ destacou como grandes desafios atuais a discussão sobre o avanço tecnológico que está cada dia mais precarizando as relações de trabalho, o que atinge diretamente a categoria bancária. “É urgente que enfrentemos o debate da organização do ramo. Muitos trabalhadores e trabalhadoras migram de postos de trabalho através das novas tecnologias e deixam de ter direito a Convenção Coletiva de Trabalho”, advertiu Adriana.

Os participantes se dividiram em salas por banco para discutir suas propostas a serem encaminhadas para a Conferência Estadual que acontece nos próximos dias 20 e 21 de maio, em Campos dos Goytacazes.

Entre as propostas apontadas como prioritárias para o Bradesco estão: fim das demissões, fim dos assédios e regulação das Unidades de negócios com mais segurança e sem discriminação de clientes. Magaly Fagundes, Coordenadora Nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do Bradesco também participou do debate.

Já as propostas do Santander são: fim das demissões e terceirizações, renovação do acordo específico aditivo à CCT, fim do fechamento de agências, retorno dos caixas, fim do acúmulo de funções com a volta dos gerentes de agência e novas contratações. A coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados do Santander, Lucimar Malaquias, também participou do debate.

Entre as principais propostas do grupo do Itaú Unibanco estão: Programa de realocação dos funcionários das agências fechadas, tratamento especial para os funcionários com sequelas devido a Covid, parcelamento da dívida referente ao adiantamento emergencial, pagamento proporcional da produção realizada do programa GERA e garantia da emissão de CAT para os trabalhadores em home office.

Caixa quer devolução de bônus

Não bastasse ter pagado valores com enormes disparidades a empregados de uma mesma unidade, ter visto a injustiça ser denunciada e se ver obrigada a promover alterações no Ciclo 2021 do programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) e no mecanismo de “curva forçada”, agora a Caixa quer que empregados devolvam parte dos recursos recebidos. O banco chegou a criar um sistema para que os próprios gerentes indiquem a quantidade de parcelas para a devolução dos recursos.

“A gestão Pedro Guimarães não tem as mínimas condições de administrar um banco com tamanha importância como a Caixa. Normalmente, empregados que recebem bônus ficam contentes, mas esta gestão conseguiu deixar desgostosos até estes empregados”, observou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

O bônus Caixa é uma política instituída unilateralmente pela Caixa, sem qualquer discussão com as entidades sindicais, que têm cobrado que o banco debata o bônus com os empregados para que sejam definidos, em conjunto, os critérios para o pagamento.

“Ao invés de pagar este bônus, defendemos o pagamento de uma PLR (Participação nos Lucros e/ou Resultados) forte e para todos. A PLR é uma política legal, reconhecida por lei, com critérios objetivos e definidos em mesa de negociação. A política de bônus é unilateral. O banco usa como forma de pressionar pelo cumprimento de metas abusivas e ainda define quem vai recebê-lo a seu bel prazer. Pudemos ver o resultado desta subjetividade nesta tralhada feita pela gestão Pedro Guimarães”, concluiu o representante da Federação dos Bancários da CUT do Estado de São Paulo (Fetec-CUT/SP), na CEE, Jorge Luiz Furlan.